

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 8.344, DE 2017

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, que "Dispõe sobre a oferta e as formas de afixação de preços de produtos e serviços para o consumidor", para fins de melhor disciplinar a disposição de informações para consumidores idosos e aqueles com deficiências.

Autor: Deputado RÔMULO GOUVEIA

Relator: Deputado LUIZ CARLOS RAMOS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 8.344/2017, de autoria do ilustre Deputado Rômulo Gouveia, objetiva acrescentar inciso III ao art. 2º, da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para melhor disciplinar a disposição de informações para pessoas com deficiência e idosos nos estabelecimentos comerciais.

Pretende o autor, com a alteração, tornar mais acessíveis, em favor dessa parcela da população brasileira, as informações de preço dos produtos ofertados no comércio varejista. Justifica que a intenção da proposta *“é oferecer um melhor atendimento a esses consumidores, facilitando-lhes a visualização dos preços das mercadorias oferecidas, de maneira autônoma, sem depender de outras pessoas”*.

A proposição tramita em regime ordinário e submete-se à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; de Defesa do Consumidor; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (arts. 24, II e 54, RICD).

Aprovada no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço, foi remetida à apreciação desta Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, sem apresentação de emendas no prazo regimental.

II - VOTO DO RELATOR

A proposição sob minha relatoria tem por objetivo alterar o art. 2º, da Lei nº 10.962/2004, para incluir previsão específica acerca da apresentação de preços de produtos e serviços.

Pretende o autor que as informações de preços dos produtos colocados à venda nas prateleiras inferiores dos estabelecimentos comerciais estejam acessíveis às pessoas com deficiência, incluindo os idosos que apresentem algum tipo de impedimento físico ou visual.

Tem razão o autor. Assistimos todos os dias às dificuldades que as pessoas com deficiência e idosos enfrentam para exercerem seus direitos, sobretudo no mercado de consumo. Além de se deparar com barreiras para se deslocar e transportar as suas mercadorias, muitas vezes são simplesmente impedidos de ter acesso a uma informação tão básica, que é o valor do produto que deseja adquirir.

Em alguns casos, a etiqueta ou tabela com o preço fica posicionada em altura inadequada, obrigando as pessoas com dificuldade de locomoção a se esticarem ou a se curvarem para alcançar tal informação. Em outras situações, é redigida em letras muito pequenas ou em formato não acessível, dificultando a leitura por pessoas que tenham algum tipo de impedimento visual.

Nada mais justo, portanto, que obrigar os estabelecimentos a exibirem os preços das mercadorias que comercializa em formato acessível às pessoas com deficiência visual e em local de fácil alcance a qualquer consumidor, independentemente da sua condição. No caso dos idosos, que já são discriminados socialmente por conta da idade, é ainda mais cruel impedir

que gozem de uma vida plena e com autonomia em razão de condições físicas que são próprias do envelhecimento humano.

Concordo com a iniciativa e parabenizo o autor pela sua sensibilidade social. Em singela contribuição, apresento Substitutivo, que ofereço como sugestão para o aperfeiçoamento da proposta.

Pelas razões ora postas, meu voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 8.344, de 2017, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado LUIZ CARLOS RAMOS
Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 8.344, DE 2017

Altera a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para obrigar os fornecedores a exporem os preços de produtos e serviços em local de fácil alcance e em formato acessível às pessoas com deficiência visual.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta parágrafo ao art. 2º, da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, para estabelecer que os preços de produtos e serviços devem ser expostos em local de fácil alcance e em formato acessível às pessoas com deficiência visual.

Art. 2º O art. 2º, da Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004, renumerado para § 1º o seu parágrafo único, passa a vigorar acrescido do seguinte §2º:

“Art. 2º.....

.....

§ 1º.....

§ 2º Os preços de produtos e serviços devem ser afixados em local de fácil alcance e em formato acessível às pessoas com deficiência visual.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor no prazo de noventa dias, a contar de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado LUIZ CARLOS RAMOS

Relator